

ACTA Nº 02/2008

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA SETE DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E OITO. -----

Aos sete dias do mês de Março do ano dois mil e oito, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de Fevereiro, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação de parecer sobre o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@RIA; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Re-delimitação do Plano de Pormenor da Ermida; -----

Ponto 5 - Apreciação e Votação do reconhecimento de interesse público e de inexistência de localização alternativa para a implementação do Centro de Estágios na Colónia Agrícola. -----

Ponto 6 - Apreciação e Votação do Regulamento das Bolsas de Emprego; -----

Ponto 7 - Apreciação e Votação do Regulamento Geral de Utilização do Centro Cultural de Ílhavo. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião os Vereadores Fernando Caçoilo, Marcos Ré, Margarida São Marcos, e António Pedro Martins. Não estiveram presentes o Presidente José Agostinho Ribau Esteves e os Vereadores João Oliveira e Paulo Costa. -----

FALTAS: Josué Teixeira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, João Canha Lopes. ----

Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Carlos Lopes. -----

Fernando Nascimento, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, David Louro. -----

David Louro, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Maria de Fátima Bola. -----

Mário Júlio Ramos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Castanheira. -----

Humberto Rocha, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Soares. -----

Manuel Serra, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído pelo Tesoureiro, Carlos António Rocha.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a falta de Hugo Coelho e Jorge Tadeu e as presenças de: António Neves Vieira, Manuel Soares, Carlos Sarabando, Hernâni Santo, Pedro Troia, Manuel Castanheira Irene Ribau Esteves, João Canha Lopes, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Carlos Lopes, Nuno Torres, Maria Fátima Bola, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Maria de Lurdes Vieira, Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Carlos António Rocha, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3 - Apreciação e Votação de parecer sobre o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@RIA; -----

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento: Começa por explicar que o documento apresentado é complexo e teve origem no Plano de Ordenamento e Expansão do Porto de Aveiro há sete anos atrás, tendo sido a discussão iniciada na AMRIA. Resume-se a uma aglutinação de ideias dos dez concelhos constituintes da AMRIA, que contempla um plano estratégico para a Ria. -----

O Plano abrange cento e cinquenta e seis projectos dos dez municípios, tendo a integração de vinte e seis projectos no Concelho de Ílhavo. O Plano Estratégico passou por um processo complexo de inquérito público, de emissão de pareceres pelas diversas entidades, tendo a comissão técnica de acompanhamento deste plano, sido constituída por nove entidades, dado o seu parecer positivo. -----

A apresentação deste documento à Assembleia Municipal prende-se com o processo formal de recolha de parecer permitindo uma gestão futura da Ria. -----

No âmbito do QREN, este Plano será o documento base de trabalho para melhorar a Ria. Resume que o Plano inclui projectos pré-definidos, nomeadamente de vias de acesso paisagístico, vias ecológicas cicláveis, melhorar as infra-estruturas ribeirinhas existentes, as instalações de recreio náutico, ancoradouros, qualificação de praias pluviais, unidades turísticas especiais, projectos estruturantes, entre outros. -----

Termina dizendo que os projectos integrados de Ílhavo representam 16% do total da caracterização pré-definida, o que demonstra o grande interesse deste Plano para um Concelho com as dimensões de Ílhavo. -

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Reclama a apresentação deste Plano por se tratar de um documento demasiado longo e difícil de analisar, chamando à atenção de que o mesmo deveria ter sido entregue com mais antecedência. No entanto, analisou as referências ao Concelho de Ílhavo, estando de acordo com a maioria das situações apresentadas. -----

Chama à atenção para o facto de existirem marinas para os pescadores somente no lado Poente do concelho, tais como Costa Nova e Gafanha da Encarnação, mesmo existindo necessidade a sul da ponte da Gafanha da Nazaré. -----

RUI PEREIRA: Questiona se o documento apresentado na forma de Plano tem alguma força legal, visto que entende que os planos para a Ria de Aveiro, em termos legais são elaborados e aprovados pela Administração da Região Hidrográfica do Centro. -----

No entanto, diz que o documento merece nota positiva. -----

FLOR AGOSTINHO: Analisa este documento como estratégico, definido por um grupo de dez municípios que mencionam qual o futuro que entendem para a Ria de Aveiro. Indica que 25% dos projectos propostos para concretizar estão concretizados ou constituem investimento desde 2004. -----

Cerca de metade dos projectos municipais serão desenvolvidos a médio prazo, ou seja este documento traça as linhas mestras de futuros investimentos, a reivindicar junto do governo ou de entidades públicas para os poderem implementar. Relativamente à metodologia estratégica parece-lhe a mais correcta, pois apoia-se em novos modelos de estratégia. -----

Na sua análise, os projectos apontam fundamentalmente para o turismo como o grande eixo de desenvolvimento da zona da Ria, pois destacam-se projectos que definem o ordenamento e a ocupação urbana, a qualificação da paisagem e a minoria aposta no investimento das infra-estruturas do saneamento, o que quer dizer, que a cobertura do saneamento ao longo da Ria estará totalmente coberto. Destaca que estes projectos terão como financiamento o QREN e portanto as Câmaras terão de indicar as suas candidaturas com base neste documento. -----

Termina, dizendo que é um bom Plano Estratégico a apoiar, de modo a dar visibilidade à Ria, visto que nos últimos anos tem sido abandonada pelo Governo. -----

EDUARDO FERREIRA: Dado o documento apresentado ser bastante extenso, entende que se deveria ter discutido o mesmo em reuniões prévias com os grupos partidários, visto que destacam projectos que permitirão o bom desenvolvimento para o Concelho de Ílhavo. -----

Lamenta que hajam poucos projectos com a participação das juntas de Freguesia, sugerindo que as mesmas deveriam ter sido convidadas a participar directamente nos projectos. -----

Verifica que alguns projectos orçamentados são elevados no seu orçamento, havendo alguma dúvida que todos sejam aprovados pelo QREN, ou por outras situações nos 100%, o que pode demonstrar que parte deste trabalho de sete anos, pode não ser valorizado na sua aprovação. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro José Loureiro que são vinte e seis projectos para o Concelho, o que representa 16,4% do número total de projectos deste plano. -----

Sobre a ausência de Cais de Pescadores na Gafanha da Nazaré, indica que tem havido um esforço da parte da Câmara Municipal para resolução de muitos casos idênticos, existindo negociações junto da APA, para que algumas dessas situações sejam resolvidas. Portanto, são duas instituições que estão a trabalhar nessa matéria, e penso que a curto ou a médio prazo, não direi que o problema seja totalmente resolvido como é evidente, mas que será atenuado. -----

Chama a atenção para o projecto incluído no Plano que é a requalificação urbanística e de infra-estruturação da zona do cais da Associação Náutica da Gafanha da Nazaré. -----

Indica ao membro Rui Pereira que se pretende criar um documento com força legal e sendo este plano um documento intermunicipal, que tem uma comissão técnica de acompanhamento, constituída pela direcção-geral de ordenamento do território e desenvolvimento urbano, CCDRC, o Instituto da Água, o Instituto de Conservação da Natureza, o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, a APA, portanto, há vontade própria de criar um documento com força legal e ponto de referência para que os projectos tenham aproveitamento do QREN. -----

Diz ao membro Flor Agostinho que de uma forma geral e sintética se depara com um plano de intenções estratégicas e que permitirá o desenvolvimento da Ria nos dez Municípios. -----

Não compreende onde se baseia o membro Eduardo Ferreira para dizer que os orçamentos dão elevados, visto que existem estimativas em termos orçamentais. -----

Quanto à questão da participação das Juntas de Freguesia, menciona que os projectos no que diz respeito ao nosso Concelho estão reflectidos na vontade própria das mesmas. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

JOSÉ LOUREIRO: Diz não ter encontrando no documento qualquer referência a apoio à pesca local. -----

FLOR AGOSTINHO: Na sua análise dos projectos detectou que alguns já se encontram concluídos, tais como, a qualificação da Praia Velha e Largo do Farol, o Navio Santo André, a qualificação do Parque de Campismo Municipal e o Museu Marítimo de Ílhavo, aguardando pelo apoio do QREN. Portanto, verifica que os projectos são realizáveis. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Confirma que há projectos já concretizados e que são mais valias para a integração total da Ria de Aveiro. -----

Portanto, é um sinal claro e inequívoco de que foram boas apostas para o município. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar o mesmo. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 4 - Apreciação e Votação da Re-delimitação do Plano de Pormenor da Ermida; -----

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento: Diz que o Plano de Pormenor da Ermida está definido no PDM, tendo sido publicado em 1999, destacando que existe o troço entre a Ponte de Água Fria e a Urbanização da Água Fria a Norte do plano, em que ia ocupar o lado Poente da ex-EN109, entrando claramente numa zona de protecção especial, numa ZPE, não fazendo sentido que haja qualquer construção para além da ex-EN109. Portanto, a proposta vai no sentido de fazer esta re-delimitação desta zona, de modo a que ela seja excluída do Plano dado nas cartas da REN e ZPE é precisamente a essa estrada que delimita: -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS

RUFINO FILIPE: Indica que este Plano de Pormenor foi o primeiro PP organizado pela Câmara Municipal. Concorde que a ponte da ex-EN109 nada deva ser construído. No entanto, dado existir uma unidade de restauração a ponte da estrada, pergunta como será esta contemplada.

JOSÉ LOUREIRO: Dado os planos necessitarem de ser revisto e adequados à realidade, entende que devido à sua complexidade os mesmos deveriam ser explicados previamente aos membros, de modo a que estejam elucidados daquilo que vão votar.

Termina dizendo que na última reunião pediu explicações sobre os planos do Mercado da Costa Nova, tendo o Presidente da Câmara disponibilizado o seu tempo, mas que tal ainda não se realizou.

Findas as primeiras intervenções, o Vice-Presidente da Mesa para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro José Loureiro que o que está em discussão é tão elementar que não necessita de qualquer explicação extra e que os documentos previamente disponibilizados servem para o estudo prévio, para quaisquer dúvidas sejam elucidadas em reuniões de Assembleia.

Responde ao membro Rufino, o Restaurante "O Palheiro" está numa zona que terá tratamento específico, não podendo ser condicionada toda a área de ZPE. A câmara decidiu retirar toda a área para posteriormente, contemplar e desafectada eventualmente da zona em causa.

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

JOSÉ LOUREIRO: Demonstra que mesmo após explicações continua com dificuldades em compreender o documento e por isso entende ser necessário análises prévias.

VOTAÇÃO: Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta.

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 5 - Apreciação e Votação do reconhecimento de interesse público e de inexistência de localização alternativa para a implementação do Centro de Estágios na Colónia Agrícola;

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento: Relembra que no âmbito da construção do Parque Municipal de Desporto e Lazer, que contempla uma série de equipamentos para construção, pela Sociedade Anónima Maisilhavo, nomeadamente o Centro de Estágios, o Pavilhão Gimno-Desportivo, e alguns campos na sua envolvente e sendo este espaço uma zona pertencente à REN, há necessidade de desafectá-lo para que a construção desses mesmos equipamentos seja possível.

Portanto, diz haver necessidade que a Assembleia Municipal considere o espaço como interesse público, de modo a dar seguimento aos projectos e à sua futura construção.

Indica que futuramente existirá uma interligação entre os campos do Grupo Desportivo da Gafanha e do Centro de Estágios, permitindo que os campos do Grupo sejam um apoio ao Centro de Estágios.

Pretende-se que o Centro de Estágios seja um equipamento de dimensão nacional, existindo estudos prévios nesse sentido. Explica que a zona da Colónia é um espaço verde com óptimo acesso à A 25 e às praias, seguramente é um local de excelência para que a construção deste equipamento seja feita.

Considerando o espaço ideal e preferencial para a construção deste equipamento, solicita aprovação do mesmo.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS

EDUARDO FERREIRA: Da sua análise ao documento, não entendeu o que a Câmara pretender fazer. No entanto, com a explicação do Vice-Presidente, entendeu que está a votação a desafecção de uma parcela de terreno.

MARIA DE FÁTIMA BOLA: Diz que o Centro de Estágios é uma aposta forte na proximidade estratégica ao Grupo Desportivo da Gafanha, e que projectos destes têm todo o interesse quando são apresentados de maneira estratégicas em infra-estruturas já existentes, daí que a declaração de interesse público seja de

extrema importância porque não só vai intensificar a oferta quer turística, mas essencialmente desportiva, o que vai engrandecer a oferta do Concelho. -----

Pergunta qual será o meio de financiamento. -----

Da forma como o documento está apresentado pela sua memória descritiva, pela divulgação e posicionamento, quer como produto turístico, quer como gestão complementar ao Clube Desportivo da Gafanha, pergunta quais são os futuros procedimentos. -----

FLOR AGOSTINHO: Comenta que esta obra é de importância inegável para o Concelho porque a concretizar-se a breve prazo, detêm-se óptimas instalações para o Grupo Desportivo da Gafanha e do Concelho. -----

Destaca que este projecto está integrado no anterior ponto já discutido, desenvolvendo o Concelho de uma forma interrelacionada e integrada. -----

Votará favoravelmente para que a obra se venha a concretizar, reconhecendo o seu interesse público para posteriormente a Câmara solicitar a desafectação do terreno e implementar com a MaisÍlhavo, ou com outro tipo de apoio financeiro, a realização da obra. -----

FRANCISCO GRANGEIA: Compreende a desafectação do terreno, pois irá valorizar o concelho. -----

RUI PEREIRA: Diz que o PS está atento à sistemática autorização das áreas florestais da zona da Colónia Agrícola. Questiona a razão pelo não avançar com o PP em toda a Zona da Senhora dos Campos para depois o Governo entregar a Zona à jurisdição da Câmara. Qual o ponto de situação do Plano. E se não deveria já se encontrar concluído para contemplar esta deliberação. -----

JOSÉ LOUREIRO: Dado a área não pertencer à Câmara não compreende como se vai autorizar que a mesma seja desafectada. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS): Esclarece que num processo de desafectação da Zona de Reserva Ecológica Nacional e para o processo de desafectação decorrer, a Assembleia Municipal tem que ter o espaço e a obra como reconhecimento público. -----

Em resposta às questões do membro Maria de Fátima Bola, diz que este é um projecto e equipamento da Sociedade Anónima MaisÍlhavo, sendo a própria sociedade a financiar. Continua por definir qual será o modelo de gestão. -----

Após este investimento e reunido o Centro de Estágios, o Pavilhão, a Piscina e os Campos de Futebol estão reunidas todas as condições para que aqui possamos receber qualquer equipa do mundo. -----

Esclarece que a obra não é do Grupo Desportivo da Gafanha e sim municipal para servir as associações desportivas. Irá realizar-se um protocolo de utilização das suas instalações totais ou parciais com o Grupo. -

Diz ao membro Francisco Grangeia que a Câmara tem vindo ao longo dos anos a avançar com obras para desenvolver o Concelho. -----

Responde ao membro Rui Pereira da responsabilidade da Câmara o PP do Colónia Agrícola está adiantado e sendo o dono do espaço a IDRHA, há algumas regras de soluções de uma forma integrada para que o PP avance. Indica que a zona nada tem de preocupação em relação às árvores, pois na sequência das obras serão implantadas mais árvores. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

JOSÉ LOUREIRO: Apesar das dúvidas da delimitação, diz que votará favoravelmente. -----

FLOR AGOSTINHO: Relembra caso idêntico em que foi desafectado um terreno para a construção do Parque de Campismo, para a Piscina, entre outros. -----

Reconhece que face ao desenvolvimento da área, o Governo avance com o PP, visto não ser da responsabilidade da Câmara. -----

EDUARDO FERREIRA: Pretende que estes projectos sejam valorizados na sua execução. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro Francisco Granjeia que o Concelho detém um PDM, que está num processo de revisão. Diz que esse processo tem vindo a atrasar pelas diversas razões pelo Governo. Continua a haver investimento e construção privada no Concelho, mesmo existindo uma crise no País proporcionada pelo PS. -----

Termina, dizendo aos membros José Loureiro e Eduardo Ferreira, que a Câmara trabalha no sentido de atingir os objectivos para desenvolver o Concelho. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 6 - Apreciação e Votação do Regulamento das Bolsas de Emprego; -----

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento: Começa por explicar que ao longo dos anos se tem vindo a criar projectos idênticos, tais como: Bolsas de Estudo, Programa Municipal de Ocupação dos Tempos Livres, entre outros. Assim, e num enquadramento difícil de obter empregos a Câmara Municipal entendeu-se dar oportunidade aos jovens, criando um programa de espírito incentivo, para que entrem no mundo do trabalho. -----

Indica que é um regulamento do programa que se destina aos jovens entre os 18 e os 30 anos, com bacharelato ou licenciatura, com aptidão profissional à procura do 1º emprego, ou eventualmente desempregados, possam ter uma oportunidade, na Câmara Municipal ou noutras entidades públicas ou privadas em parceria, permitindo a oportunidade de usufruir de um estágio de 12 (doze) meses. -----

Este regulamento definirá as regras e o número de candidatos e áreas a apoiar, bem como a obrigatoriedade de os jovens serem pertencentes ao Concelho, ou pelo menos que estejam a residir há mais de um ano. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

EDUARDO FERREIRA: Diz que votará favoravelmente, no entanto entende que é necessário uma acuidade especial quando as câmaras municipais tentam promover o emprego directo, sobrepondo-se às próprias empresas. -----

FLOR AGOSTINHO: Destaca que é uma proposta inovadora na Câmara, tendo esta consciência da realidade actual, pois permite aos jovens que procuram o 1º emprego a possibilidade de realizar um estágio num período de 12 meses. O ideal neste estágio é a possibilidade de um jovem usufruir de um rendimento, contribuindo para o orçamento familiar e profissional. Assim, votará favoravelmente. -----

HERNANI SANTOS: Sendo o desemprego uma realidade, com taxas preocupantes, verifica que este programa permitirá o acompanhamento da formação do jovem, dando como exemplo outros programas, tais como: o programa de bolsas de estudo, o programa vocação, entre outros. Como complemento a Câmara dispõe de espaço de formação, destacando os Fóruns da Juventude. Termina dizendo que é importante dar a entender aos jovens que há oportunidades, e iniciativas. -----

EDUARDO CONDE: Aprecia sempre iniciativas que contribuam para a formação humana e para o enriquecimento pessoal ou curricular dos munícipes. Apesar de ser da responsabilidade do Governo e de nada ser feito nesse sentido, congratula-se pela iniciativa apresentada por esta Câmara. -----

Valoriza o programa, apelando à participação das empresas para receber as pessoas, que além de realizarem o seu estágio poderão ser abertas perspectivas para que as mesmas possam obter um emprego na sua área. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde que a Câmara não se quer substituir às empresas, pois pretendem apenas que os jovens possam entrar no tão difícil mercado de trabalho. -----

A exemplo das outras iniciativas para jovens, acredita que este programa venha a ter sucesso. Espera com esta acção, contribua para que haja mais um jovem no emprego e menos um no desemprego. -----

Não tendo havida mais intervenções dos membros, passou-se de imediato à votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 7 - Apreciação e Votação do Regulamento Geral de Utilização do Centro Cultural de Ílhavo. -----

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento: Sabendo que no próximo dia 24 de Março decorrerá a inauguração do Centro Cultural de Ílhavo, que poderá ser utilizado para outros fins que não o cultural, mas que terão de ser regulamentados, de modo a salvaguardar o nível de utilizações e a forma de definir sua gestão. -----

Salienta que após discussão em Reunião de Câmara foram alterados os artº. 8º, § 9, que proibía o uso das instalações do Centro Cultural com fins de culto religioso. Assim, encontram-se reunidas as condições para que o regulamento seja aprovado. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Após análise do documento destaca alguns pontos que lhe suscitaram algumas dúvidas, tais como o artigo 7º, citando “Todas as reservas ou pedidos de utilização do centro Cultural de Ílhavo, deverão ser dirigidas à Câmara Municipal de Ílhavo, quando a antecedência mínima de quarenta e cinco dias úteis em relação à data do evento, e delas deverão constar, a identificação, (...)”, pois não menciona o tempo útil que a Câmara deve responder, possibilitando alternativa atempada em caso de indeferimento. --- Citando, “À Câmara Municipal de Ílhavo, assiste o direito de supervisionar todas as formas de utilização do Centro Cultural, através de orientação e fiscalização dos eventos que nele ocorram”, pergunta como irão proceder nesse sentido, bem como na decisão de deferir gratuidade. -----

PEDRO TROIA: Apesar de o regulamento parecer pouco exaustivo, entende que no início assim seja, uma vez que haverá muitas situações não contempladas que, com o decorrer do tempo a Câmara irá deparar e resolver pontualmente e à posteriori alterar o regulamento. -----

Concorda que os artº 8 e 9 não tinham qualquer fundamento na sua aplicação. -----

Sobre o ponto nº 1, do artº. 7º acha a antecedência mínima de 45 dias úteis ser muito limitadora e por isso entende que dever-se-ia ter atenção para casos pontuais, havendo acordo entre a câmara e o utilizador para encurtar o prazo. -----

Quanto ao ponto nº. 3, do artº. 7º, diz existir um lapso jurídico em que é mencionado a palavra aluguer, pois é sabido que os imóveis não se alugam, mas sim arrendam-se. -----

Citando o ponto 8, do artº. 8º, “A Câmara tem direito por cada espectáculo que decorra nas instalações do Centro Cultural 30 lugares”, menciona que lhe parece ser demasiado oneroso para o utilizador o Centro Cultural, inflacionando o preço ao público. -----

Destaca o artigo 15º, onde faz referência às sanções no caso de desistência, solicitando esclarecimentos. --

Por último, nas observações à tabela nota a omissão no que diz respeito à não contemplação do regime de isenção de pagamento da utilização da sala, por parte dos artistas naturais ou residentes cá em Ílhavo. Parece-lhe ser uma falha grave, pois um Centro Cultural deve ter como um dos focos principais, o apoio aos artistas naturais ou residentes neste Concelho. -----

MARIA DE FATIMA BOLA: Pede esclarecimento do art.º 7, relativamente ao pagamento das taxas de utilização do Centro Cultural, isto é se incluem ou não o pagamento dos serviços mínimos impostos pelo regulamento, ou se acresce o pagamento desse serviço. -----

Acredita que a vivência do centro irá permitir delinear as arestas. -----

FLOR AGOSTINHO: Concorda com a alteração do art.º 8 e 9. Concorda que com o decorrer da sua utilização irão haver alguns ajustes. -----

Quanto à situação dos 45 dias, crê ser passível de ser resolvida, através do o bom senso. Por isso irá votar favoravelmente. -----

EDUARDO FERREIRA: De acordo com o artº. 4º, pergunta como é possível interferir na organização de uma actividade de uma associação. -----

Questiona se os contratos de aluguer serão objecto de registo notarial para que possa haver uma validade jurídica e fiscal do mesmo. -----

Não aprova a exigência de trinta lugares reservados para a Câmara Municipal, porque são 6% dos lugares que estão vagos, perguntando quem os irá ocupar. -----

Solicita esclarecimentos dos art. 7º, 9º, 10º e 15º. -----

Enunciadas estas situações, pede sensibilidade da Câmara para a curto prazo alterar o regulamento. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ai Vice-Presidente para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS): Explica que com a aprovação deste regulamento, dar-se-á início a um processo de aprendizagem para mais tarde rectificar. -----

Sobre o art. 7º, referente aos pedidos efectuados com a antecedência de 45 dias, parece-lhe normal com a gestão do bom senso. -----

Estranha a chamada de atenção do membro Pedro Tróia à linguagem jurídica, porque o regulamento foi redigido por um jurista. -----

Quanto aos trinta lugares são para salvaguardar o espaço destinado à Câmara, com o ajuste a cada situação. -----

Relativamente ao pagamento dos serviços, nomeadamente, serviço da assistência da segurança e em resposta ao membro Maria de Fátima Bola, indica que quem o solicita terá de o pagar. -----

Esclarece pequenas dúvidas referentes a alguns artigos que foram mencionadas pelos membros que intervieram. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

EDUARDO FERREIRA: Gostava que assumissem que o regulamento foi feito apressadamente para a sua inauguração e por isso a existência de diversas lacunas, tendo a curto prazo necessidade de serem corrigidas. -----

PEDRO TROIA: Esclarece que o facto do regulamento ter sido redigido por um jurista não significa que o mesmo não tenha lacunas, demonstrando que o mesmo foi feito de forma apressado. -----

JOSÉ LOUREIRO: Na sequência da sua análise às taxas de utilização, pergunta quantos assistentes de sala e pessoas da segurança tem. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro José Loureiro que o número de assistente de sala ou de pessoas na segurança vai depender das exigências do tipo de espectáculo. -----

VOTAÇÃO: VOTAÇÃO: Submetida a votação, foi aprovada por maioria, com catorze (14 PSD) votos a favor e nove (7 PS, 1 CS/PP e 1 CDU) votos contra. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa, informou que terminada a discussão da Ordem de Trabalhos e não havendo público para intervir, deu por finda a reunião pelas 00:10. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 18/04/08.